

ANJ

 ASSOCIAÇÃO
 NACIONAL DE JORNALIS

IVZ

 INSTITUTO VERIFICADOR
 DE JORNALIS

 SISTEMA A TRIBUNA
 DE COMUNICAÇÃO


121 ANOS

A TRIBUNA

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

PAULO NAEF
 Diretor-Superintendente

ARMINDA AUGUSTO
 Editora-Chefe

MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES
 Gerente Comercial e Marketing

MARCO ANTONIO DA COSTA
 Gerente Industrial

Estudo de Impacto de Vizinhança

No início de 2013 foi sancionada em Santos lei que disciplina a exigência de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) em grandes empreendimentos. Seguindo diretrizes do Estatuto das Cidades (lei federal que regula o desenvolvimento dos municípios brasileiros) e do Plano Diretor Municipal, o estudo constitui importante instrumento que permite identificar e avaliar os impactos na vizinhança desses empreendimentos, bem como prevenir, mitigar e oferecer compensações a eles.

A qualidade de vida nos centros urbanos depende de controle e regulação das atividades que neles são realizadas. Grandes empreendimentos – conjuntos habitacionais com elevado número de unidades, edifícios comerciais com área construída expressiva, atividades portuárias e retroportuárias, instalações industriais – são potencialmente capazes de provocar desequilíbrios e problemas à mobilidade urbana, ao sossego público, além de sobrecarregar a infraestrutura existente.

Justifica-se, portanto, o cuidado e a atenção a respeito dessas questões. Não se trata de dificultar ou impedir que tais obras sejam concretizadas: ao contrário, o estudo prévio aponta questões a serem resolvidas previamente, e faz com que os empreendimentos sejam valorizados, beneficiando assim moradores e usuários.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) está discutindo agora algumas mudanças na lei para

aprimorá-la. Até o momento, em dois anos de vigência da legislação, quatro EIVs foram submetidos à Prefeitura para análise. Dois foram aprovados, um referente a um empreendimento residencial e outro a um Terminal Portuário localizado na área continental de Santos, um foi rejeitado (também residencial) e outro não chegou à conclusão, em face do recuo dos interessados.

Uma das principais alterações propostas é a introdução de um Termo de Referência, a ser elaborado pela dos EIVs, permitindo assim que o trabalho seja objetivo e direto, tornando, portanto, a análise mais rápida. Outro é a aumentar o alcance da lei, exigindo que grandes obras públicas de infraestrutura também elaborem os estudos, a menos que o Estudo de Impacto Ambiental respectivo já contemple a questão do impacto urbano. De maneira lógica, também coloca no rol dos empreendimentos que deverão apresentar os EIVs clubes sociais e esportivos (como grandes estádios de futebol), centros de convenção e casas de espetáculos.

Busca-se agora dar mais consistência e agilidade à lei, de maneira a que a qualidade de vida dos moradores próximos aos empreendimentos seja assegurada, ao mesmo tempo em que os Estudos sejam analisados com rapidez e transparência. O EIV não deve ser visto como uma exigência burocrática e sim como um avanço que interessa a empreendedores, população e à idade como um todo.

Falta de propostas

A situação econômica do País é muito grave, e todos os indicadores de 2015 apontam para a recessão. A arrecadação do governo está em queda, a produção industrial em janeiro foi 5,2% menor do que em igual mês de 2014, as vendas no comércio começam a apresentar problemas, o dólar dispara e o aumento do desemprego passou a ser uma ameaça real. A inflação segue alta, enquanto todos os indicadores de confiança vêm sendo reduzidos nos últimos meses.

Já se anuncia que a atividade da construção civil deve ter o pior desempenho neste ano desde 1992, causado pela paralisação ou redução expressiva do ritmo das obras públicas (e agravado pela Operação Lava-Jato, que envolveu grandes empreiteiras nacionais), e pela retração do mercado imobiliário. As operações de crédito começaram 2015 em queda, com recuo de 27,2% na concessão de recursos para empresas em janeiro em comparação com o mês anterior, e 10,4% nas operações com pessoas físicas. Enquanto isso, a nova classe média brasileira está mais pobre e passou a cancelar (ou pelo menos adiar) a compra de produtos que expressavam suas conquistas de consumo. A Febrnave, associação que reúne as concessionárias de veículos, prevê em 2015 a expressiva redução de 10% nos emplacamentos de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

O governo federal tem se empenhado em promover o ajuste fiscal capaz de reequilibrar as contas públicas. A

tarefa, entretanto, é muito complexa e as resistências enormes. O ato do presidente do Senado, Renan Calheiros, devolvendo a Medida Provisória que alterava a desoneração da folha de pagamento das empresas, representou duro golpe. Embora o governo tenha reagido de forma imediata enviando ao Congresso um projeto de lei no mesmo teor, há claro agravamento da tensão política e atraso da eventual vigência da medida.

Assiste-se hoje a um embate entre um governo acuado e desorientado, sem articulação política eficiente, e os que se opõem a ele, seja em postura de oposição aberta, seja contestando medidas e ações, como é o caso do PMDB, que hoje tem a presidência da Câmara dos Deputados como do Senado Federal.

Falta neste momento uma agenda nacional de enfrentamento da crise. A culpa é, sem dúvida, do governo, que errou bastante nos últimos anos, e agora se vê sem saída, valendo-se dos remédios clássicos (archo fiscal e aumento de juros), mas também da oposição, que não tem um projeto alternativo. Vale lembrar que as propostas econômicas apresentadas nas campanhas de Aécio Neves e Marina Silva apontavam exatamente na mesma direção das medidas empreendidas agora pelo ministro Joaquim Levy.

O caos não interessa a ninguém. O papel de oposição, firme e duro, é necessário no regime democrático. Mas sua legitimidade depende da credibilidade nas alternativas que propõe.

Do leitor

As cartas enviadas à Tribuna do Leitor devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

E-MAIL
 leitor@tribuna.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,
 São Paulo. CEP 11013-900

Ônibus da Linha 20

Em atenção à carta do sr. Sinval de Freitas, a CET-Santos informa que fiscaliza as linhas do sistema de transporte público municipal e, quando constatada irregularidade, penaliza a permissionária. No referido caso, a Viação Piracicabana foi multada pelo descumprimento de frequência na linha 20, fato constatado no mês de fevereiro e relatado pelo usuário. A Companhia vem monitorando os horários e a frequência da linha, a fim de verificar a necessidade de reprogramação horária.

ASSES. DE IMPRENSA PREFEITURA DE SANTOS

Estelionato eleitoral

Estão tentando cortar conquistas trabalhistas, e nos mandam um torpedo de 29% de aumento na conta da luz e mais R\$ 5,00 a cada 100 kWh. Por que, também, não atacam os 39 ministérios e os milhares de cargos de confiança? Cometeram um estelionato eleitoral e agora estão nos penalizando.

REINALDO CAMMAROSANO - SANTOS

Fontes de energia

Quando atravessamos uma situação de racionamento de energia, água e valores outros, a primeira medida que o Governo encontra é apelar para o aumento de tarifas. Se o setor industrial estivesse trabalhando em plena capacidade, o fornecimento de energia e abastecimento de água já estariam em crise há muito.

A falta de previsibilidade é o ponto fraco do governo. As nomea-

ções têm sido muito mais para satisfazer partidos e aliados que a defesa dos interesses do País.

Com imenso potencial para geração de energia de fontes renováveis, o governo deveria deixar isso a cargo da iniciativa privada e incentivar projetos neste sentido.

A energia solar, eólica, os resíduos da agricultura, da exploração do petróleo são fontes que podem e devem ser aproveitadas e, no momento, perdem gratuitamente por falta de uma política firme e determinada.

Empresários e institutos de engenharia precisam desenvolver esforços neste sentido, pois os aproveitamentos em curso são pequenos para o grande potencial que o País tem.

VALTER JOSÉ VIEIRA - SÃO VICENTE

Definição inteligente

Crítica a políticos é sempre um prato cheio, principalmente no momento atual, quando nos fornecemos ingredientes de todas as origens com os mais variados temperos. E é lendo velhos alfarrábios e anotações feitas que encontramos as frases mais adequadas. De Aparício Torelli, o eterno Barão de Itararé, contemporâneo de Agripino Grieco e antecessor do velho Millôr Fernandes – todos críticos lapidários – é que vamos achar uma definição inteligente: “A moral dos políticos é como elevador: sobe e desce. Mas em geral enguiça por falta de energia, ou então não funciona definitivamente, deixando desesperados os infelizes que confiam nele”. E nada mais há que se acrescentar.

JOÃO ROBERTO GULLINO - SÃO PAULO

Alzheimer e a Loreka

Sempre me perguntam como anda o meu relacionamento com minha Loreka, ao que lhes respondo que muito pouco mudou; os ataques continuam de lado a lado, como antes. Adotei uma calopsita que carinhosamente chamava de Neymar, em vista de sua avantajada crista ao estilo moicano, na esperança de que, com ciúmes, a Loreka reatasse nossa amizade, mas num determinado dia, já fora da gaiola, a calopsita partiu para a liberdade, do 18º andar, sem dizermos adeus. Na sequência, a Loreka contraiu enfermidade, esteve por um triz, mas mediante tratamento, veterinário de grande experiência salvou-a e ela já voltou a fazer suas malcriações para me bicar. Será que temos analistas que possam desvendar nosso futuro, isto é, ela tornar-se minha amiga? Creio que a resposta só será conhecida nas próximas décadas.

MANOEL RAMOS E NEIDE RAMOS - SANTOS

Desculpe, erramos

A Tribuna esclarece que em relação a matéria “Centro atende vítimas de violência na Baixada Santista”, publicada ontem, na página A-9, o serviço do Cravi faz parte de um convênio entre a Prefeitura de Santos e o Governo do Estado. O Município é responsável pelo aluguel do imóvel, pagamento de água e luz. Os funcionários são de uma ONG contratada pelo Estado.

Tribuna Livre

ALCINDO GONÇALVES. Engenheiro, cientista político, professor do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado - da UniSantos e coordenador-geral do IPAT

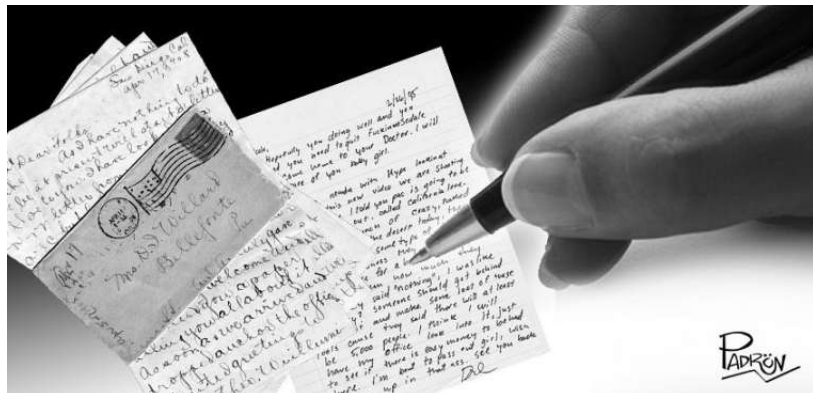
Adeus às cartas

Em 2014 registrou-se o menor volume de cartas pessoais enviadas no Brasil pelos Correios. Elas somaram 2,4 bilhões, sendo que, em 2000, o número atingia 5,8 bilhões. Ou seja, em 14 anos, houve o decréscimo de quase 60%. Em contrapartida, cresceu o envio de encomendas, que passaram de 17% a 37% do total movimentado entre 1998 e 2013.

Fica, pois, evidente, que os meios digitais substituem, em ritmo acelerado, o volume físico da correspondência. Esse é um fenômeno mundial: estima-se que o tráfego de cartas está diminuindo cerca de 4% ao ano, enquanto há o crescimento da população brasileira, que aumentou 17% desde 2000.

O fato, concreto e incontestável, é que ninguém escreve mais cartas a ninguém. E cada vez mais gente possui computador pessoal: se em 2003 apenas 11,4% dos domicílios brasileiros possuíam um equipamento ligado à Internet, em 2013 esse número havia subido para 42,4%. Enquanto isso, o celular tornou-se quase universal: poucos são aqueles que não o possuem e utilizam todos os dias, não só para ligações telefônicas, mas também para o acesso digital, principalmente às redes sociais.

Cartas são talvez o mais romântico meio de comunicação já inventado. Elas permitem contatos íntimos entre as pessoas, sem mediações ou intermediários. E elas contêm longos e elaborados textos (não as mensagens telegráficas quase incompreensíveis dos



e-mails, Facebook e WhatsApp), burilados durante longas horas, com rascunhos prévios. As velhas cartas eram escritas em papel especial, com caligrafia elaborada, revelando atenção, cuidado, afeto. Escrever a alguém permitia desabafos, críticas, censuras, mas também declarações de amor e de saudade. Hoje, nas redes sociais, desapareceu a privacidade, e predomina a exposição das opiniões e comentários às “curtidas” gerais.

Sempre esperei, ansioso, a chegada do carteiro em minha casa. O ritual de tocar nas cartas recebidas, abri-las com um misto de curiosidade e satisfação, é inigualável. Elas trazem surpresas e novidades, nem sempre felizes e alvissareiras. Mas as cartas nos colocam em contato com o mundo, todos os dias.

Tenho guardadas em velhas caixas cartas que recebi ao longo da vida. Quando jovem, principalmente, escrevia bastante aos familiares, aos amigos, até à namorada. E eles, é claro, respondiam. Preciso, qual-

quer dia desses, reservar um tempo e escarafunchar esses arquivos desorganizados. Vou, certamente, dar boas risadas, lembrar pessoas que nunca mais vi ou encontrei, quem sabe até me emocionar um pouco com mensagens daqueles que já se foram, há muito tempo.

A troca de correspondência entre pessoas ilustres, notadamente poetas e escritores, já rendeu bons e saborosos livros. Nas cartas não estão apenas trocas de ideias e opiniões, mas registros de épocas, material precioso para a pesquisa histórica.

Lamento que meus netos, e seus descendentes, provavelmente não terão a oportunidade de escrever e receber cartas. Logo elas virarão lenda e passado, esquecidas por todos. Persistente, eu ainda tento escrevê-las, mesmo que as enviando pelos meios digitais. Meus e-mails são longos e elaborados, e não descuido da forma e do estilo. É a minha resistência solitária, no mundo da comunicação rápida e superficial.